

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**

**RECREAÇÃO COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA
PORTADORA DE DEFICIÊNCIA**

NEUSA DO NASCIMENTO COSTA PAULY

**PONTAL DO PARANÁ
2004**

NEUSA DO NASCIMENTO COSTA PAULY

**A RECREAÇÃO COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA PORTADORA
DE DEFICIÊNCIA**

Monografia apresentada no Curso Pós-Graduação
Lato Sensu – modalidade presencial, referente á
Especificidade Pedagógica Educação Inclusiva
Na cidade de Pontal do Paraná , por Neusa do
Nascimento Costa Pauly, sob orientação da
Profª : Márcia

Pontal do Paraná
2004

DEDICATÓRIA

A DEUS.....

AOS FAMILIARES.....

AOS MESTRES.. ..

AOS EDUCANDOS.....

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela infinita força e bondade em estar conosco em todos os momentos de nossa vida.

Aos nossos familiares pelo apoio e compreensão para pudéssemos concluir mais uma etapa.

Aos professores do curso pelo apoio, compreensão e embasamento para que este trabalho se tornasse real

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
INTRODUÇÃO.....	01
JUSTIFICATIVA DO TRABALHO	03
1- A CRIANÇA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.....	05
1.1 Integração e inclusão um paradigma necessário.....	06
2- ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS RELACIONADOS Á INTEGRAÇÃO INCLUSÃO.....	09
2.1- Leis regulamentares sobre a recreação e a integração.....	13
3 - A IMPORTÂNCIA DA RECREAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.....	17
3.1- Aspectos relevantes.....	19
3.2- Aspectos simbólicos e especificidades dos jogos para aplicação junto á pessoas portadoras de deficiência.....	27
4.- O PERFIL DO AGENTE INTEGRADOR: O PAPEL DO PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA.....	29
5- REALIDADE DA INTEGRAÇÃO E DA INCLUSÃO: DEPOIMENTOS DE PROFISSIONAIS (GESTORES).....	32
6 – COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	34
6.1 – Metodologia Utilizada	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43.
ANEXOS.....	45

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1** – Nos jogos recreativos sente-se bem em ter o seu amigo na sua equipe?.....35
- GRÁFICO 2** - Você convida seu amigo para participar da sua equipe nos jogos recreativos no pátio da escola?.....36
- GRÁFICO 3** - Como você classificaria o comportamento do seu amigo?.....37

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo sensibilizar e despertar o reconhecimento da recreação enquanto fator de integração e inclusão da criança portadora de deficiência, além de descrever sua importância ao facilitar o estabelecimento de relações entre a criança especial e o ambiente com o qual interage, enfocando a necessidade de oportunizar a este segmento social uma vida digna e o resgate de sua auto-estima, com vistas à conquista da cidadania plena. Por associação, define-se a “criança portadora de deficiência”, sua faixa etária e suas características específicas, para após, discorrer sobre as terminologias “integração e inclusão” no que se refere à compreensão do simbolismo que as traduz e suas diferenças contextuais. Procedem-se comentários sobre o que preconiza a Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência, no que diz respeito à recreação, com o intuito de verificar a efetividade no cumprimento das leis correlatas e os aspectos positivos e negativos destas, para a melhoria da qualidade de vida. Contextualiza-se o histórico dos jogos e competições esportivas adaptadas, seus benefícios físicos, psicossociais e o por que da necessidade da recreação, desde a infância, para portadores de diversas categorias de deficiência. Seqüencialmente, aborda-se o perfil do agente integrador, suas funções e qualidades necessárias para a garantia de um trabalho eficiente com esta parcela da população, em especial ao público infantil. Também, interpreta-se analiticamente depoimentos obtidos junto a gestores da área de atendimento especial para crianças, que atuam utilizando-se da prática esportiva em suas atividades para favorecer a integração. Conclui-se, incitando reflexões sobre os benefícios sociais referentes às atividades e ações que podem otimizar a especial, enquanto cidadãos detentores de direitos a participação ativa na sociedade.

Palavra chave: recreação; integração; inclusão; portador de deficiência; cidadania.

INTRODUÇÃO

Aborda-se nesta pesquisa, uma análise sobre a “recreação esportiva como fator de integração da criança portadora de deficiência”, referendada em bibliografias selecionadas, com o objetivo de sensibilizar, informar, divulgar e incitar reflexões sobre a importância das questões relacionadas ao ideal inclusivo. Inicia-se a contextualização com a apresentação de definições conceituais inerentes ao tema e a relação entre a integração e inclusão, que traduzem o ideal almejado para a melhoria da qualidade de vida deste segmento social especial.

Verificam-se os possíveis benefícios positivos e aspectos negativos que os diversos tipos de recreação esportiva propiciam enquanto instrumentos facilitadores da integração e inclusão da criança portadora de deficiência, com vistas ao resgate da sua auto-estima e conquista da cidadania plena, assegurada por direitos oficiais de proteção especial.

Também, discorre-se sobre os preconizados na legislação da Constituição Federal Brasileira e demais leis complementares e relacionadas, que regem o tema proposto. Pretende-se, oportunamente, expor informações gerais pertinentes ao perfil esperado do agente integrador, entendido enquanto atributos e qualidade, necessárias para a realização de atividades relacionadas ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência.

Seqüencialmente, procura-se identificar e discorrer interpretativamente sobre os possíveis benefícios adquiridos com a prática de atividades físicas, segundo dados contidos nas fontes bibliográficas pesquisadas.

É comentado o processo de evolução das conquistas relacionadas à prática recreativa, desde a instituição dos primeiros jogos para deficientes até as novas

tendências e concepções sobre o assunto, novas conceituações, objetivos, especificidades e aplicações.

Finaliza-se esta pesquisa com o estabelecimento de relações entre os avanços conquistados e as dificuldades detectadas face ao tema, através da análise dos possíveis benefícios físicos e psicológicos para a saúde mental e física da criança que necessita de atendimento especial, por meio de, atividades recreativas que apresentem caráter integrativo e inclusivo.

Concluí-se, com considerações reflexivas sobre as ações que todos podem realizar para otimizar a viabilização, aceitação e a integração desta parcela social, oportunizando-lhes uma vida digna, com vistas à conquista da cidadania plena.

Acreditando que pode se encontrar na recreação esportiva um meio importantíssimo para a concretização do ideal igualitário e de justiça social para quem apresenta necessidades diferenciadas dos demais, incita-se neste trabalho uma mudança de atitude com vistas ao alcance deste ideal.

JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

Em tempo de tantas discussões para estabelecer uma sociedade igualitária, com oportunidade para todos e a persistente presença de naturais obstáculos que dificultam ações concretas e efetivas, surge a necessidade dos sistemas públicos de ensino se organizarem e redimensionarem suas estruturas e práticas e participarem de forma efetiva do processo de inclusão.

A educação especial, nas últimas décadas, vem apresentando crescente desenvolvimento em relação aos aspectos teórico-metodológicos.

Importantes decisões foram tomadas no sentido que todas as pessoas devem ter oportunidades de aprender, sejam elas portadoras ou não de deficiências, cada um deve receber atendimento compatível com suas potencialidades e necessidades.

Pesquisas evidenciam a preocupação da escola, da sociedade e da família no processo de integração do portador de deficiência. E a escola é o local para dar início a esse processo de formação, de transição e de construção do conhecimento e da cultura.

A educação inclusiva é uma atitude e aceitação de diferenças, não é uma simples colocação na sala de aula ou colocada como recreação no pátio da escola.

Acreditando que a educação inclusiva seja o favorecimento de oportunidades, eqüitativa a todos estudantes, incluindo aqueles eficazes, com acompanhamento de serviços de auxílio e apoio, em classes adequadas à idade, em escolas da comunidade em que vivem a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade, propõe-se a fazer este trabalho que consiste de uma pesquisa bibliográfica, que pretende abordar aspectos sobre a educação especial, definir educação inclusiva e integrativa, ressaltar o processo de adaptação nas salas comuns, destacar as necessidades da adequação curricular conforme o grau de necessidade e também tratar de um elo fundamental neste desafio da Educação Inclusiva, a formação de professores, que realmente sejam preparados para cumprir a meta de participação plena de todos os alunos que

saibam criar um forte “senso de comunidade” na sala de aula e na escola, envolvendo pais e pessoas ligadas ao processo da educação

É nessa perspectiva que se entende integração como um processo de mão dupla que, passa existir, pressupõe participação e ação de todos envolvidos.

Esse processo pode e deve ser construído.

Para tanto é necessário que as pessoas se disponham à vivenciá-los.

A educação é uma das formas de participação popular. Integrar permitir que o indivíduo portador de deficiência participe interagindo com o contexto do qual faz parte, é possibilitar-lhe o crescimento, o desenvolvimento. Isso, posto, é necessário e urgente fazer com que a integração evolua do discurso para ação.

Os portadores de deficiência precisam ser considerados, a partir de sua potencialidade de aprendizagem. Sobre esse aspecto é facilmente compreensível que a escola não tenha de consertar o defeito, valorizando as habilidades que o seu desenvolvimento.

1 – A CRIANÇA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

A legislação vigente, no que concerne às políticas públicas de proteção integral, em acordo com o disposto na lei nº 8.069 de 13/07/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente¹ artigo 2º, define a faixa etária e estabelece o significado do termo “criança”, no sentido de que seja garantida com primazia todos os direitos e usufruir sua cidadania de forma plena.

Também, em associação ao preconizado, no artigo 3º do Decreto lei nº 3.298 de 20/12/1999 da Constituição Federal Brasileira, que trata da pessoa portadora de deficiência; pode-se entender pelas definições apresentadas, que a criança portadora de deficiência é: a pessoa com até 12 anos incompletos que apresente alguma deficiência que a impeça de desempenhar atividades com padrão equivalente ao considerado normal às demais crianças.

Contudo, a terminologia é compreendida no sentido global de sua abrangência social, não se aceitando nenhum tipo de discriminação ou tratamento desigual em função da situação biológica, cultural ou sócio-econômica desta pessoa em os aspectos da sociedade.

Esta interpretação permite o entendimento de que a “criança”, independente de sua condição, é simplesmente “criança”, não sendo considerado suas diferenças situacionais.

A criança portadora de deficiência, desde a concepção, traz consigo a necessidade de seus direitos serem reconhecidos e protegidos, sem qualquer discriminação que possa afetar o seu desenvolvimento integral, a melhoria de sua autonomia e sua situação biológica.

¹ “Considera criança para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos”.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARANÁ, LEI Nº 8.069. Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família. Ctba – Pr, 1999. Imprensa Oficial, Artigo 2º, p.1.

Em seu desenvolvimento enquanto pessoa, a criança especial, por possuir características na realidade social, necessita de compreensão e respeito as suas diferenças e limitações, para que haja a promoção de sua cultura geral, que a capacitará através do estímulo de suas aptidões, a usufruir condições iguais de oportunidade.

Mesmo no caso de crianças deficientes mentais, condições inalienáveis, sejam postos em prática. Deve considerar no trabalho com deficientes mentais os conhecimentos adquiridos pelo profissional e sua sensibilidade pessoal para o trato com estes, de forma a possibilitar a realização de atividades físicas adequadas às diversas modalidades recreativas esportivas, com consciência e segurança quanto às peculiaridades inerentes a cada indivíduo.

Isto tudo possibilitou o desenvolvimento de um novo enfoque e reformulações dos padrões de atendimento à área especial que será tratado na seqüência desta análise.

1.1 - INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO: um paradigma necessário

Estima-se através de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Pesquisa – IBGE, referentes ao Censo realizado no ano de 2000 e informações da Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que o Brasil apresenta declaração oficial de 24,5 milhões de habitantes portadores de algum tipo de deficiência, quantifica-se números que giram em torno de 16 milhões a 40 milhões de deficientes das mais variadas categorias²o que estima um cálculo aproximado de 610 milhões de pessoas que portam deficiências no mundo, dados estes, que certamente progridem ano a ano por inúmeros fatores, o que expressa conseqüentemente, um universo social de significância quantitativa relevante na realidade demográfica brasileira

² Cálculo mensurado com base no índice da OMS (Organização Mundial da Saúde).

Aponta-se, com referência ao censo de 1991, que a deficiência mental é a que mais atinge os brasileiros, com incidência total em 39,5% dos casos e predominância de ocorrência no sexo masculino (5% dos casos), o que reflete a complexidade das peculiaridades a serem consideradas na formulação de propostas inclusivas (aspectos geográficos, de gênero, culturais, caracterização da deficiência, entre outras).

Referindo-se às terminologias integração e inclusão⁽³⁾ faz-se necessário o entendimento simbólico que as traduz, pois embora expressem significados semelhantes quanto aos objetivos pretendidos, apresentam diferenças contextuais em seus conceitos. A integração em seu contexto considera necessário oportunizar de maneira otimizada, que a pessoa portadora de deficiência possa participar do universo de atividades e ações inerentes à sociedade, usufruindo os mesmo privilégios, direito e obrigações que as pessoas não-portadoras de deficiência, conquistando assim, seu espaço na essência dos significados que abrangem o exercício da “cidadania” e possam, vivenciar a construção de uma condição mais justa em seu ambiente social, o que concorda com o pensamento de **CONSONI**⁽⁴⁾ em seus estudos relacionados à terminologia. Já, a inclusão é entendida como a somatória de esforços dos mais variados segmentos sociais no sentido de proporcionar de forma mais efetiva e eficiente à participação das pessoas com deficiência no contexto social de forma igualitária e assegura por leis que resplandem essas ações.

Com base nestes conceitos atende-se melhor o que reza a “Constituição Brasileira” em sua implementação de lei, que dispõe sobre a importância e integrar a população especial; coibindo discriminações em todos os ambientes e atividades sociais, incluindo as relacionadas a recreação.

(3) Terminologia usadas freqüentemente e adotadas em assuntos relacionados à melhoria da qualidade de vida individual e social de pessoas portadoras de deficiência visando a conquista da cidadania plena.

(4) É o processo que visa a inserção da pessoa portadora de deficiência e todos os setores da sociedade(política,econômico, social, cultural). Fundamenta-se no princípio da “igualdade e construção da cidadania”. PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho. CONZONI, Maria L. trabalho e a pessoa com Deficiência, manual informativo. Curitiba, 1999. Imprensa Oficial, p 06.

Estas leis, criadas com o intuito de contribuir com a causa social, se bem interpretadas e aplicadas eficientemente em toda sua abrangência, frente aos aspectos relacionados ao tema, podem através de sua efetivação, favorecer uma sociedade inclusiva.

Os preceitos democráticos e participativos, preconizados no artigo⁵ 1º, parágrafo único *in fine* da Constituição Federal, exigem de cada pessoa o exercício da própria cidadania quando é assegurada sua participação popular paritária, na democracia participativa.

A oportunização da participação ativa favorece a ruptura da condição de apenas assistir passivamente, fato analisado e explorado em comentários de **WERNECK**⁶ nos quais indica-se a importância da vivência das mais variadas condições humanas desde a infância, para a adequação às situações do mundo com mais facilidade e aprimoramento, o que sugere a necessidade presente de disseminar-se este ideal igualitário, que envolve de forma crescente as diversas sociedades e promove mudanças na forma pensar, integrar e tratar os portadores de deficiência, nos quais incluem-se as crianças, de maneira natural e abordagem discorrendo-se no próximo momento sobre os principais aspectos positivos e negativos que se relacionam ao tema.

⁵

artigo 1º - Parágrafo único – “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição”.

⁶ “Agregar condições humanas é um exercício a ser praticado diariamente, desde a infância construções e reconstruções, indefinidamente, se esmorecemos, aceleramos nosso potencial de auto-aniquilamento com espécie”. WERNECK, Cláudia. “Ninguém mais vai ser bonzinho”. Editora WVA, Rio de Janeiro, 1997. p 17.

2 – ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS RELACIONADOS À INTEGRAÇÃO / INCLUSÃO

Entende-se como necessário o conhecimento dos aspectos positivos e negativos relacionados ao tema, para a implementação de uma política social consistente a este segmento especial, que facilite totalmente sua integração e inclusão.

Abordando os aspectos positivos, **CONSONI**⁷ define-os como todos os processos pela qual a sociedade torne acessível e efetiva a participação das pessoas com deficiência em todos os sistemas que a constitui, em situação de igualdade e provendo nesta sistematização e efetivação de uma legislação específica quanto à contribuição da recreação, que favoreça a mudança de paradigmas sociais, incite a preocupação com o desenvolvimento integral da criança portadora de deficiência e a prepare para seu papel social futuro enquanto cidadã detentora de direitos constitucionais.

Inspirada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a legislação vigente outorga respaldo legal para o cumprimento de ações que possibilitem a igualdade, a garantia de direitos relacionados, o pleno exercício da cidadania, entendida em sua vasta gama de sentidos, conceitos e complexidades, tendo o avanço institucional como meta de integração social, contemplando ações que utilizem a recreação como agente facilitador desta finalidade e expressando o direito civil coletivo do ambiente social a que pertence e do mundo.

Dentre os aspectos negativos, é destacado por **WERNECK**⁸ numa abordagem que analisa a complexidade da vida em sociedade, a reprodução de ações

⁷ “Um dos principais aspectos positivos é a equiparação de oportunidades e os princípios referenciais”. PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho. CONZONI, Maria L. Trabalho e a Pessoa com Deficiência, manual informativo. Curitiba, 1999. Imprensa Oficial, p 10.

discriminatórias, marginalizantes e de atitudes preconceituosas. O fator inicial desencadeante, marginalizantes e de atitudes preconceituosas. O fator inicial desencadeante é a falta de formação geral desde a nossa infância até a fase adulta, expressando-se negativamente quanto à aceitação social desta parcela da população, sugerindo como conseqüência, que as pessoas em geral, os professores e as escolas não se sentem preparados para este trabalho formativo diferenciado, preferindo a rotina tradicional da pedagogia aplicada em seu ambiente funcional.

A legislação que trata do assunto é desconhecida da grande maioria da população, que não encontra as informações sobre o que reza a lei por falta de inclusão. O apoio e respaldo legal contextualizam a importância da criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial, mental ou orgânica, favorecendo sua chance de equiparar-se nas oportunidades oferecidas nas atividades sociais, recreativas e que humano, independentemente de suas limitações.

A sociedade unida e organizada na participação de ações que regulamentam o tema contribui para o não descompasso e acentuamento das dificuldades encontradas pelos portadores de deficiência.

A participação da recreação manifesta-se contribuindo para a integração de seus praticantes, de forma plena socialmente, vindo a promover a saúde e a educação, através da aplicação de seus conteúdos integradores. A inclusão social e a integração são formas de inserção destas pessoas, porém, a prática da integração, principalmente nas décadas de 60 e 70, basearam-se em um modelo médico que, propunham tornar a pessoa, aceita no meio social.

Há a prática da inclusão, iniciada na década de 80, consolida-se em um modelo social que prime pelo acolhimento e atendimento das necessidades comuns ou especiais dos indivíduos com deficiência, de maneira adequada e acolhendo todo o espectro da diversidade humana.

⁸ "O preconceito, por vezes fruto da educação submetida" WERNECK, Cláudia. "Ninguém mais vai ser bonzinho". Editora WVA, Rio de Janeiro, 1997. p 17.

Sabe-se, que a recreação esportiva, é globalmente uma das atividades mais procuradas pelas pessoas, que apresentam deficiência, pois encontram nele um meio favorável para a possibilidade de tornarem-se agentes ativos na conquista da inclusão, o que lhes proporciona adquirirem autoconfiança; além de promover o estímulo à efetivação das leis que facilitem a concretização do entendimento sobre a importância da recreação com fator de inclusão.

É fundamental não se impedir e utilizar-se de esforços sem restrições, quanto à participação das crianças especiais no sistema social de forma igualitária, permitindo-lhes pela recreação esportiva a adaptação e aprimoramento físico, motor e sensorial que facilitam a participação em todas as atividades sociais, mesmo nas mais especializadas e complexas.

A integração pressupõe reciprocidade na condição de um processo dinâmico, com caráter relacional em sua legitimidade, ou no dizer de **LOURENÇO** apud. **WERNECK**⁹ tem significado apenas neste contexto integrativo.

As políticas sociais que habitam o portador de deficiência a desenvolverem suas potencialidades, podem, atuar com qualidade e efetividade na defesa de seus direitos suprindo a sua deficiência na realização de atividades funcionais e contribuindo para o avanço no princípio da integração com êxito.

Quanto à recreação, sabe-se que favorece situações de estabelecimento de inter e inter-relações, sendo instrumento de integração dinâmica se orientando nestes parâmetros. Ressalta-se que neste processo as crianças portadoras de deficiência apresentam as mesmas necessidades inerentes a toda população infantil, requerendo, a estimulação de seu potencial e da credibilidade no mesmo, pois sua dificuldade não condiz que ela esteja condenada ao pesar de suas limitações em sua integração com o mundo social de forma espontânea.

⁹ “Significa ser um membro ativo da comunidade, vivendo onde os outros vivem, vivendo como os demais, e tendo os mesmos privilégios e direitos que os cidadãos não-deficientes”. WERNECK, Cláudia. “Ninguém mais vai ser bonzinho”. Editora WVA, Rio de Janeiro, 1997.

A legislação pertinente defende a descentralização de ações, em uma abordagem integrativa, aonde a idéia de mudança de paradigmas deve ser implementada através de modificações em todo âmbito do contexto social.

Para um melhor conhecimento jurídico da legislação específica, aborda-se na seqüência deste trabalho as principais leis correlatadas que nortearam as propostas de integração através da recreação esportiva.

2.1 – LEIS REGULAMENTARES SOBRE A RECREAÇÃO ESPORTIVA E A INTEGRAÇÃO

Encontra-se nas principais normas Federais, artigos que atendem às exigências crescentes de renovação e regulamentação de leis referentes ao atendimento de necessidades especiais, as quais serão citadas algumas na abordagem do presente trabalho, observando-se que este elenco está incompleto, porém fornece insumos que facilitam o entendimento da evolução histórica das leis regulamentares que referendam o tema.

Como marco legal na orientação de políticas de atendimento dos direitos da crianças e do adolescente, pode-se relacionar alguns documentos provenientes de acontecimentos voltados aos direitos humanos e que garantem às crianças serem sujeitos dos direitos fundamentais da pessoa humana, cuja proteção integral é assegurada em prioridade absoluta na redação do artigo 227 da Constituição Federal, sendo uma exigência impostergável.

Estas políticas que se referem à integração e inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, possuem como referência primária em sua história, os pressupostos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10/12/1948, que reconhecendo a importância da criança estar preparada para viver independente na sociedade, sendo-lhe proporcionada proteção especial, enunciou em Assembléia Geral, medidas em seu Princípio Quinto⁽¹⁰⁾, direcionadas às crianças que portam deficiência. Estes direitos foram consolidados na Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente de 20/11/1959, adotadas em assembléia Geral das Nações Unidas e cujas discussões temáticas, marcaram avanços específicos na garantia destes direitos e subsidiaram a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 05/11/1988 , no que concerne aos artigos relacionados à população infanto-juvenil.

10 Princípio Quinto (5) – “À criança incapacitada física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento , a educação e os cuidados especiais exigidos pela condição peculiar.”

Apresenta-se com relevância, a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade,” realizada em Salamanca na Espanha em junho de 1994, que influenciou significativamente os estudos atuais, as políticas educacionais, públicas e os entendimentos sobre a melhoria de qualidade de vida de portadores de deficiência, subsidiando a respeito da sua inserção sócio-cultural, princípios na área de necessidades especiais.

A lei nº 7853 de 24/10/1989¹¹ que regulamenta a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências, em seu Artigo 1º, para que seja assegurado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais como cidadãos, e regulamentando sua efetiva integração nos termos desta lei, consolidada em caráter de proteção que considera os valores de igualdade de tratamento, oportunidade e outro indicados na, Constituição Federal, ou justificados pelos princípios gerais, especificados no Artigo 5º, que trata sobre a manifestação referente à integração de deficientes em todos os projetos federais, sendo também assegurada opiniões das pessoas e entidades interessadas sobre o assunto, e contemplando o apoio voltado à integração deste segmento social no contido em seu parágrafo único.

A Constituição Federal prevê detalhamentos em seu Decreto lei nº 3298 de 20/12/1999 que define ações para a integração da pessoa portadora de deficiência física, entendida como a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo, comprometimento físico e produzindo dificuldades funcionais; deficiência auditiva ou perda parcial ou total das possibilidades auditivas ou sonoras; deficiência visual, relativa à acuidade visual; deficiência mental, relativo ao nível do funcionamento intelectual, e deficiência múltipla, ou seja, associadas a várias deficiências⁽¹²⁾.

11 Lei nº 7853 de 24/10/1989 – “Dispõe sobre o apoio às crianças portadoras de deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define rimes e dá outras providências.

12 Lei nº 3298 de 20/12/1999 – Artigo 3º, incisos I – Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desenvolvimento de atividades, dentro de um padrão considerado normal para o ser humano.

Este Decreto contempla em seu Artigo 7º, o acesso, ingresso e permanência, através da integração de ações de órgãos públicos e privados em todas as áreas do contexto social, incluindo o tema recreação, como fator de integração da pessoa portadora de deficiência.

Referindo-se sobre o assunto, prevendo ações que incentivam a prática recreativa formal (escola) e não formal, como direito, propondo estímulos aos meios que facilitem o exercício de atividades voltadas á recreação esportiva e assegurem o acesso às instalações desportivas em todos os níveis do ensino público e privado, visando promover a inclusão destas atividades para a pessoa portadora de deficiência na prática de Educação Física, com vistas à conquista da cidadania plena, sendo estes fundamentos e princípios que subsidiaram a elaboração da lei nº 8069 de 13/07/1990, para proteção integral e dispondo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, aonde informa-se sobre o papel da sociedade⁽¹³⁾ na determinação de providências.

Já, em seu artigo 48º, prevê que todos os promotores ou financiadores de atividades desportivas assegurem a obtenção dos objetivos deste Decreto, sendo que seu Parágrafo Único comenta sobre a prioridade de apoio as manifestações desportivas de rendimento e educacionais, através da consolidação de atividades que assegurem a capacitação de recursos humanos especializados, promovam competições em todos os níveis, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, de documentação, informação e construção de instalações recreativas esportivas e de lazer, entre outras.

Nota-se uma abrangência ampla de maiôs para o alcance desta finalidade social, porém, pouco se considera a preparação social de forma geral e que propicie uma situação responsável e inclusiva, aonde todas as pessoas possam especializar-se quanto às interações com portadores de deficiência e progressivamente considerem suas relações como naturais, espontâneas e colaborativas em sua essência.

Esta coletânea de leis justifica toda a importância que a recreação tem para os portadores de deficiência, o que será explorado com mais detalhes no próximo momento, contemplando-se com prioridade a criança especial.

13Lei nº 8069 de 13/07/1990 – artigo 4º -É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à recreação esportiva, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar.

3 – A IMPORTÂNCIA DA RECREAÇÃO ESPORTIVA PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A pessoa portadora de deficiência em sua rotina diária encontra na prática recreativa uma ação que pode favorecer sua autonomia em superar obstáculos e desafios que se apresentam a todo o momento em seu viver, tais como: aceitação pessoal, integração social, reconhecimento e estado positivo de auto-estima. A recreação esportiva propicia que estas pessoas possam exercer um monitoramento das atividades realizadas, ajudando-as na regulação do esforço desenvolvido, o que contribui para a conscientização de suas limitações, potencialidades e distinções quanto ao trabalho corpóreo que podem prejudicá-las e cujo reflexo pode exercer influência nas interações e demais atividades sociais.

É oportuno, segundo **ROSADAS**¹⁴ ressaltar a importância do ideal participativo no processo de inclusão pela recreação em supremacia ao apelo da vitória e do rendimento, sendo o “vencer” o único objetivo a ser alcançado.

Este enfoque de participação comum deve nortear a realização de eventos recreativos para a população especial, o que contribui com a ruptura das marcas do fracasso e da sensação de incapacidade, fortalece a aceitação das limitações no trato com os indivíduos participantes⁽¹⁵⁾ e estimula o lado positivo dos jogos neste sentido.

A proposta integradora consiste no envolvimento das organizações e setores que abrangem a recreação esportiva, favorecendo conseqüentemente, a viabilização de meios para a participação das pessoas especiais com primazia no que concerne a inclusão da parcela infantil que apresentam necessidades educa

¹⁴“Vence quem participa com honestidade e disciplina, não se coloca atrás do cercado”. ROSADAS, Sidney Carvalho. “Atividades física, adaptada e jogos recreativos para deficientes – Eu posso, vocês duvidam?” Livraria Atheneu, 1989. p 247.

¹⁵Idem “Os jogos foram instituídos para os que tinham “mente e corpo são”, e os portadores de deficiência foram pouco a pouco, provando ao mundo, através de seus resultados que eles também tem condições e direitos de participação”.

tivas especiais e ao incentivo do desenvolvimento de uma proposta de base que às estimulem a aperfeiçoarem habilidades individuais e combatam a segregação enfrentada constantemente, como prevêm as leis que dispõem sobre os direitos da criança de forma prioritária.

Evidencia-se, no entanto, que o gerenciamento da recreação esportiva para pessoas com deficiência, deve contar com o trabalho de pessoas abnegadas, que acreditem no ideal inclusivo, busque auxílio técnico, financeiro e parcerias no contexto social que apóiem esta causa nobre. Em referência ao aspecto conceitual inclusivo, os profissionais atuantes nos setores recreativos devem entender a importância das ações que promovem uma real e igualitária participação dos portadores de deficiência no desenvolvimento de atividades; mesmo que isto represente um desafio a ser superado.

Percebe-se que esta parcela social almeja a igualdade de participação e o respeito em seu ambiente social desde sua infância, pois este tratamento digno estimula a conquista da auto-estima, prepara para uma vida com qualidade e facilita a aceitação da sociedade. Com o trabalho voltado para a prática recreativa à criança especial, verifica-se a colaboração desta ação para a melhoria da integração, sociabilidade e do desenvolvimento de sua psicomotricidade. A realização de disputas consolida o fortalecimento da auto-estima, um dos motivos principais que justifica o despertar de uma consciência social para o desenvolvimento de programas recreativos que em suas atividades possam atuar conjuntamente crianças deficientes e as ditas normais, tendo como objetivo facilitar a integração das mesmas em todos os ambientes da sociedade que freqüentam.

A tendência relacionada à temática ressalta a importância de que o enfoque destas ações esteja voltado para um conceito novo, que contemplem não apenas as práticas formais, mas também as não formais e permitam aos educadores estarem habilitados ao trabalho, desenvolvido tanto em programas escolares, quanto nos de conotação estritamente social.

Esta necessidade diferenciada de ações visa potencializar os benefícios que a recreação esportiva oferece no universo de sua aplicabilidade, que se tratará mais detalhadamente em momento subsequente.

3.1 – Aspectos relevantes

A atividade física beneficia o sistema orgânico com melhorias específicas e localizadas, desde que respeitando os critérios das individualidades próprios de cada indivíduo. Promove a estimulação e fortalecimento muscular, neurológico, metabólico e a garantia do surgimento de outros benefícios, que melhoram a qualidade de vida da pessoa que apresenta deficiência, sendo para a criança um ação prazerosa que favorece as relações sociais, previne ou retarda a ocorrência de possíveis problemas relacionados à sua situação pessoal, o que justifica a necessidade de desenvolverem-se ações que estimulem a prática recreativa de forma participativa, atendendo conseqüentemente, aos aspectos biológicos em sua totalidade.

A prática recreativa da corrida de longo percurso, por exemplo, de acordo com **GUTTMANN** apud **ROSADAS**¹⁶ representa um meio de evitar o tédio, como também estimulam o movimento corporal, órgãos e favorece o equilíbrio orgânico geral, indispensável à sobrevivência do homem, pois aumenta a resistência e o fluxo de oxigênio, fato benéfico para àqueles com problemas neurológicos, além de melhorar os domínios psicossocial e interativo através da sua realização. A finalidade esperada, conseqüentemente, é usar a vasta gama de recursos técnicos, pedagógicos, psicológicos e outros benefícios que a prática recreativa esportiva proporciona, com vistas à suas interações no convívio social, não na forma de atividades assistencialistas, mas oportunizando a conscientização e par

¹⁶ “Já que a corrida por longos percursos aumenta a resistência geral e conseqüentemente o fluxo de oxigênio, fisiologicamente importante para quem tem lesões ao nível cerebral, principalmente por déficit deste componente”. ROSADAS, Sidney Carvalho. “Atividades física, adaptada e jogos recreativos para deficientes – Eu posso, vocês duvidam?”. Livraria Atheneu, 1989. p 5.

ticipação social sobre a problemática que envolve o tema; possibilitando assim, que deficientes encontrem no contexto recreativo esportivo uma real e eficiente contribuição para a sensação de superação e realização pessoal.

A criança portadora de deficiência, como outra qualquer criança passa por fases distintas em sua maturação orgânica, relacionadas frente aos estímulos e seus objetivos biológicos. Estudos preconizam que o tratamento educacional e preparatório para a vida, não deve interferir negativamente nos estímulos que a criança recebe das experiências diárias que o ambiente ao seu redor às submete. No caso de crianças que apresentam deficiência visual, vale observar que a mesma acumula experiências não visuais que espelham os mesmos objetivos biológicos, que devem ser respeitados de forma a evitar a dependência e falta de autonomia, pois tais diferenças podem incorrer em atraso no desenvolvimento psicomotor em relação às crianças videntes, por vezes, somente compensados muitos anos mais tarde com a utilização de inúmeros recursos, métodos e apoio profissional especializado.

Neste caso, a iniciação a prática recreativa para deficientes visuais, contribuirá em muito para a prevenção de posturas improdutivas e antiestéticas, frutos da falta de rotulação da deficiência visual, tais como: marcha com pequena amplitude de passos, ombro voltado para frente, elevação excessiva dos joelhos, cifose, escoliose, entre outras¹⁷.

Este é o contexto no qual a prática recreativa esportiva pode se tornar um precioso instrumento preventivo que estimula os domínios relacionados ao equilíbrio, orientação motora. É importante observar que bem aplicada, realiza com paciência e perseverança, propiciará a suficiência de estímulos para que os movimentos tornem-se mais naturais e aflorem em tempo adequado as condutas

17 "Todos esses exemplos são características nas posturas adotadas pelos cegos, embora exceções, e outras posições atípicas possam ocorrer. Aumenta a gravidade do problema quando as crianças não são estimuladas correntemente". P 40 (.ROSADAS)

de base dos portadores desta modalidade de deficiência.

Já ROSADAS,¹⁸ nota perspicazmente, que o esporte recreativo pode estimular o lado afetivo, cognitivo e despertar o potencial psicomotor de portadores de deficiência, de maneira gradual e considerando-se seus aspectos motivadores na prática regular de atividades físicas.

A recreação esportiva possui valor terapêutico, agindo beneficentemente para a função respiratória e cardiovascular, vindo conseqüentemente, possibilitar a participação de pessoas com deficiência, em regime de igualdades de condições, em muitas atividades recreativas, com reflexos diretos na melhoria da sensação de bem-estar e de outros benefícios psicológicos. A prática recreativa possibilita a realização de atividades ocupacionais do dia-a-dia com menor dificuldade, conduz a um estado de bem-estar generalizado, sensação de poder realizar ações e alcançar a vitória, obtenção de sucesso na execução de modalidades recreativas, como no caso de provas como salto á distância. Isto tudo reforça a importância da recreação esportiva como agente integrador, além de contribuir com a saúde integral do indivíduo com necessidades especiais.

¹⁸ “Podiam ser estimulados os três domínios ao mesmo tempo, tanto em atividades sociais, como em atividades intelectivas, como em atividades físicas, e assim aceleraríamos, de forma linear e crescente o seu desenvolvimento psicossocial”. ROSADAS, Sidney Carvalho. Eu posso, vocês duvidam? . Livraria Atheneu. 1989, p 5.

No caso de deficiências mentais, em acordo com o “Manual de Administracion Del Tiempo Libre”¹⁹, evidencia-se que há concordância entre os especialistas da área mental sobre a importância da ocupação do tempo livre dos portadores desta categoria de deficiência, que na maioria das vezes não tem acesso às técnicas e ao apoio legal da sociedade, para que haja uma melhor integração neste sentido e cumprimento de seus direitos inerentes à cidadania. Constata-se que não há uma participação efetiva deste segmento especial em programas alternativos aos especializados, comumente desenvolvidos para melhor aproveitamento do tempo

Livre; o que lhes impossibilita uma integração natural com os diversos grupos sociais e traz prejuízo à estimulação de suas possibilidades enquanto seres humanos detentores de direitos conquistados por justiça; o que reflete a necessidade de uma melhor conscientização social no que se refere à importância da construção de um mundo igualitário para todos, e do qual o portador de deficiência faz parte, tendo a necessidade de integrar-se plenamente nele para melhoria de sua qualidade de vida.

Nota-se, que grande parte dos deficientes mentais por não aproveitarem seu tempo livre, o passam realizando atividades que nem sempre trabalham a estimulação e o desenvolvimento dos domínios psicomotores necessários a sua autonomia para uma vida ativa. Faz-se necessário, o despertar de uma nova filosofia que oriente a educação especial a preocupar-se com a evolução da personalidade para níveis melhores de segurança²⁰.

¹⁹ La persona deficiente generalmente no participa em estas actividades y su tiempo libre está muy mal empleado, perdiéndose así una gran posibilidad de que participe y mejore su lenguaje, movimientos, sociabilidad e integración a grupos”. CONFEDERAÇÃO MEXICANA DE ASOCIACIONES EN PRO DEL DEFICIENTE MENTAL A.C Manual de Administracion Del Tiempo Libre . proyecto Glória camillo. Litógrafos Editoriales, A. C México, 1986. p 1.

Op.c²⁰ it.”Com ésta nueva filosofia el Deficiente Mental pasa de sujeito pasivo, acostumbrado a recibir ayuda siempre, a individuo activo a quien se lê da la oportunidad de tener iniciativa y tomar decisiones. Este se convierte em protagonista de sus acciones, lo que va a permitir que su personalidad evolucione ao máximo . Este es el primordial objetivo em la educación especial”. P 2.

Quanto a esta reflexão, considera **GUTTMANN**²¹, é importante observar a conduta de quem é portador de deficiência em relação á comunidade pois toda lesão ou enfermidade que leve a um estado de invalidez grave como a deficiência visual severa, popularmente denominada de cegueira, perdas de membros, paralisias devido a danos no sistema nervoso e outras causa, alteram no que diz respeito aos movimentos corporais, a precisão e a coordenação de forma harmônica das ações motoras. A pessoa com deficiência ao tomar consciência do estado morfológico e anatômico que seu corpo apresenta, devido às alterações em seus movimentos, pode experimentar tensões psicológicas que afetam suas interações e relações com o ambiente que o cerca, por vezes notado pelo afastamento, reclusão a que se submete, sentimentos de inferioridade, falta de confiança e claras atitudes anti-sociais, entre outras manifestações emocionalmente negativas, que o leva a isolar-se do contrato com outras pessoas. Assim sendo, compreende-se melhor o papel e a importância que a recreação esportiva tem para quem apresenta necessidades decorrentes da sua condição de portador de deficiência em relação aos não-portadores²², pois apresenta utilidade fundamental em três maneiras distintas: o valor terapêuticos, que é de grande valia, principalmente na fase de reabilitação, configurando um instrumento complementar aos métodos convencionais de fisioterapia, cuja aplicação é ampla para as várias modalidades de deficiência, tais como : deficiência física e visual, entre outras, também, o valor recreativo e psicológico, no qual os portadores de de

21 El inválido que se el percata repentinamente de que el aspecto de su cuerpo há cambiado como consecuencia de estas formas anormales de movimiento experimenta a menudo tensiones psicológicas em su relación com el mundo circundante". GUTTMANN , Sir Ludwig. El Deporte para los eficientes físicos. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura . Impreso por Presses Centrales de Lausanne. Paris – França, 1976 p 13.

22 Idem "No es difícil, por consiguiente, comprender por qué el deporte tiene para el bienestar Del inválido grave uma importância todavía mayor que para la personas normalmente constituídas". p 12.

ficiência devem considerar a prática recreativa esportiva como um fonte de prazer em sua execução: uma motivação a mais em seu processo de adaptação e de convivência social, evitando assim, sentimentos de isolamento que possam porventura se manifestar. Por fim, ressalta a utilidade da recreação esportiva como meio de reintegração social, que restabelece o salutar contato deste segmento com o mundo que o cerca, o que promove o sentimento de igualdade e de ser respeitado enquanto pessoa detentora de cidadania plena.

È registrado, como exemplo da relevância da recreação esportiva²³ em seu papel de proporcionar benefícios vários, o marco histórico da criação da “Associação britânica Esportiva para Deficientes (*British Sports Association for the Disabled – BSAD*)”, que vislumbrou na atividade recreativa esportiva os seus eventos recreativos, proporcionando também, a integração e participação de crianças e adolescentes de 05 a 15 anos em várias modalidades de provas recreativas , possibilitando-as de expressar sua capacidade em superar as próprias limitações e sentirem-se membros úteis á sociedade.

Evidencia-se conclusivamente, que a participação em práticas recreativas esportivas proporciona além da iniciação para o esporte, benefícios para o desenvolvimento motor,afetivo,psicológico,cognitivo e das interações sociais de crianças especiais, auxiliando também com outros trabalhos inerentes à área de atendimento desta parcela social, o que possibilita aprofundamentos científicos e avanços que permitam cada vez mais a vivência do mundo recreativo esportivo e construção de práticas pedagógicas inclusivas, que valorizem as diferenças individuais e propiciem o máximo de liberdade de ação nas atividades de vida diária.

23 Idem “Por ello se considero conveniente congrega a los diversos tipos de inválidos, em particular los amputados, los ciegos y los afectados de parálisis ceerebral, em competiciones deportivas para inválidos de diversas clases. Surgirá así em 1961 la Asociación britânica Deportiva para los inválidos(*British Sports Association for the Disable, BSDA*)” p 36.

Vale ressaltar, que é fundamental respeitar as decisões e opções recreativas dos alunos participantes que apresentam algum tipo de deficiência, orientando apenas quanto às atividades que mais possam explorar a estimulação de limitações específicas, garantindo o prazer e a realização pessoal na sua prática.

O movimento coordenado é uma ação motora harmoniosa, portanto rítmica. No que concerne ao movimento humano, a recreação em seus trabalhos que envolvem ritmo, estimula as crianças portadoras de deficiência a compreenderem seus ritmos próprios internos (batidas do coração, respiração, sono, etc.), externos (rotina, musicalidade, etc) e temporais (dia e noite, estações do ano, entre outras), preparando-as e otimizando sua integração à vida sócio-cultural, melhorando também como efeito, seu autocontrole emocional e físico.

Esta importância essencial da recreação esportiva é facilmente entendida e explicada pelas ações específicas quanto à coordenação, ajustando dos esquemas sensório-motores, inteligência, tática e respeito ao espírito de equipe, aonde a prática de esportes como recreação passa a ser um meio educativo, a disposição de todos os profissionais que atuam com a integração deste segmento social especial.

Tal relevância, do papel benéfico da recreação é observado nitidamente na atitude tomada por vários países considerados potências mundiais, que constroem locais apropriados para a prática recreativa esportiva à classe especial de várias faixas etárias, de ambos os gêneros e com enfoque voltado ao público infantil, preparando-o para uma vida com melhor qualidade na participação de tudo relacionado ao contexto social, como bem se destacou²⁴.

Depois destas considerações apresentadas, faz-se necessário apresentar a história dos jogos recreativos esportivos para um melhor entendimento das necessidades que influenciaram a sua realização, que serão apontadas no momento seguinte.

²⁴ Idem “Cabe observar que otros países, como la República Federal de Alemania, Austrália, Espana, Japón e Israel, han seguido el ejemplo británico y han construido instalaciones adecuadas para sus deportistas inválidos, incluindo los adultos de uno y otro sexo y los niños”. P 47.

3.2 – Aspectos simbólicos e especificidade dos jogos para aplicação junto a pessoas portadoras de deficiência

Informa **GUTTMANN**²⁵, que os esportes de competição para pessoas acometidas por paralisia nos membros inferiores, em suas diversas provas, são praticados em cadeiras de rodas, executando-se as provas de natação e levantamento de pesos, respeitando-se é claro suas condições orgânicas em realizá-las, sendo interessante ressaltar que o ideal olímpico destes jogos é representado: a unidade, a amizade e a esportividade. O principal objetivo compreende-se pelo fato destes eventos esportivos constituírem um grande incentivo para inspirar as crianças e as pessoas em geral que portam algum tipo de deficiência, estimulando-as a praticarem esportes como forma de ocuparem o tempo ocioso ou a adotarem um estilo de vida voltado ao ideal esportivo, o que virá a despertar-lhes a consciência para os benefícios advindos da prática de atividades físicas, que propiciará uma otimização para sua reintegração social de uma maneira não traumática, o que reflete o desejo de motivar e diminuir através do esporte, o tédio da vida desocupada que o deficiente é submetido, e qual tal aspiração estimulou o mundo inteiro a organizar jogos com conotação especial para este segmento da população. Especificamente, quanto à integração com outras pessoas não-portadoras, por diversas vezes foram realizadas competições com jovens

²⁵“ Desde luego, es necesario clasificar a los inválidos en las competiciones deportivas, con arreglo a su deficiencia neurológica e habilidad funcional”.GUTTAMNN, Sir Ludwig. El Deporte para los deficientes físicos. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Impreso por Prses Centrales de Lausanne. Paris – França, 1976. p . 34

portadores de lesões no cérebro, o que demonstra a eficiência do esporte recreativo em sua colaboração para a ressocialização de quem porta tão complexa situação; porém, sabe-se que algumas crianças afetadas por determinados tipos de paralisia cerebral são também epiléticas ou apresentam hipertonia muscular, por exemplo, o que requer o desenvolvimento de atividades que a integrem por meio de atividades físicas adequadas ao estado biológico que apresentam.

A importância do esporte nas relações integrativas deve contar fundamentalmente com a participação da família num ato de aceitação mútua, com o amplo envolvimento da comunidade e com a plena convicção do sentimento de igualdade que envolve os aspectos inclusivos em suas finalidades preventivas, participativas e terapêuticas.

Contudo, é de papel preponderante as ações desenvolvidas pelo profissional que atua com a clientela especial, ainda mais se tratando de crianças. Para tanto, pode ser necessário possuir certas qualidades essenciais para a obtenção de sucesso no cumprimento dos objetivos planejados.

Sendo assim, explora-se no momento posterior o perfil de agente integrador, apontado pelo referencial bibliográfico como necessário no atendimento ao portador de deficiência.

“O esquema corporal é finalmente, uma maneira de exprimir que meu corpo está no mundo”.

Merleau , Ponty

4 – O PERFIL DO AGENTE INTEGRADOR : O PERFIL DO PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA

A história das conquistas favoráveis ao ideal que almeja a construção de uma sociedade inclusiva contou sempre com o trabalho de pessoas abnegadas e convictas da possibilidade da existência de um mundo melhor e mais sensível às necessidades das pessoas portadoras de deficiência, desde sua tenra infância. A compreensão das novas concepções que exercem influência direta nas questões sociais correlatas, permite a fundamentação dos educadores, professores, profissional e de todos àqueles que atuam neste contexto integrativo utilizando-se da recreação para a promoção inclusiva de crianças que portam algum tipo de deficiência.

Ressalta-se, porém, que os princípios norteadores da inclusão social, destinam-se a todas as pessoas, garantindo às mesmas que seus direitos constitucionais sejam garantidos, o que explica sua abrangência de atuação e seus efeitos nas mudanças das atitudes discriminatórias que ocorrem constantemente em nossa sociedade, fato que deve ser observado por toda pessoa que venha a desenvolver trabalhos com conotações inclusivas.

ROSADAS, propõe que a qualidade do trabalho desenvolvido por profissionais das áreas de atividades físicas deve ser inquestionável, sendo que são inúmeros os atributos necessários para garantir-se o entrosamento adequado com alunos especiais.

O conhecimento das dificuldades destas crianças, apresentadas ao realizarem certas atividades, propicia uma concepção verdadeira do real estado da sua organização motora, limitações e possibilidades de desenvolvimento individual, o que otimiza o processo interativo. Ressalta-se, que alguns atributos são indispensáveis para a condução de ações com vistas à inclusão social, pois possibilitará que este consiga realizar mais facilmente certas atividades, bem como, reforça muita sua capacidade de expressar seu potencial afetivo-motor, com liberdade e motivação para tentar novamente a conquista do êxito nas dificuldades encontradas. A segurança, numa análise voltada à criança deficiente,

não é só um atributo essencial que pode ser buscado pelo agente integrador, mas também configura um elo estabelecido que tem a finalidade de estimular a sua auto-segurança em realizar suas possibilidades motoras.

Evidencia-se a importância da persistência, enquanto atributo essencial, como fator necessário para trabalhar as diversas singularidades que se apresentam de forma inusitada neste contexto que podem ocorrer dificuldades das mais variadas, o que requer muito otimismo para a realização do trabalho integrativo e do ideal profissional.

Complementam o rol destes atributos a versatilidade e a adaptação em desempenhar seu papel, através da exploração de maneiras diferenciadas para o alcance de qualquer objetivo ou resolução de problemas. Também, é necessária a compreensão de que a motivação deve ser entendida como fator preponderante para que o integrador possa despertar uma inter-relação positiva de atenção e vontade de realizar as ações propostas, com entusiasmo e prazer em executá-las, o que certamente facilita a conquista de objetivos planejados.

Ainda, segundo **ROSADAS**²⁶, é um grande erro por parte dos profissionais que atuam com a integração achar que o grupo trabalhado tenha que se adaptar a eles, pois na verdade o ajustamento deve partir destes, de maneira humilde e não impositiva, tendo plena clareza que as pessoas deficientes por sua situação especial, que as diferem das demais, requerem um comprometimento do integrador em procurar conhecer os problemas destas e até mesmo passar por alguns sacrifícios pessoais para desenvolver a percepção do seu papel enquanto atuante nesta área; o que conseqüentemente o auxiliará no trabalho de potencializar os aspectos positivos das reações e possibilidades do segmento especial, no qual a criança como trataria qualquer outra, sem distinção, pena ou protecionismo, mas procurando fazer parte da

26 “O instrutor tem que adaptar-se ao grupo e a seus problemas se pretende resultados, e não impor sua posição, numa forma ditatorial e unilateral”. ROSADAS, Sidney Carvalho. “Atividades Físicas, adaptada e jogos esportivos para deficientes – Eu posso, vocês duvidam?”. Livraria Atheneu, 1989. p . 79.

vida, do mundo, aflições e alegrias que formam sua complexidade individual. Faz-se necessário no trabalho com atividades físicas com estas crianças, aceitar este desafio dedicando-se com esforço para o alcance de sua finalidade, o que propiciará a criação de um espaço aonde as mesmas possam tomar decisões e sejam valorizadas suas possibilidades criativas espontâneas com o mínimo de intervenção, o que promove estímulos à sua segurança na execução das mais variadas ações motoras e do incentivo ao convívio social, o que evita tendências ao isolamento.

Certamente, é preciso que o agente integrador possa considerar a necessidade da prática de uma proposta de atendimento educacional, que contemple além da integração e da inclusão, ações que promovam o conhecimento da natureza infantil e de suas características, oportunizando conseqüentemente, que a criança possa ser estimulada integralmente em suas dimensões afetiva, cognitiva e motora. É necessário, no entanto, a previsão de intervenções diferenciadas às diversas individualidades comportamentais das crianças que portam deficiência, para que possa alcançar os objetivos propostos a adequar as relações destas com a pessoa que promove o ideal integrativo. Relacionado ao enfoque abordado, é comentado por **OLIVEIRA et. Al.**, em relato de pesquisa sobre a intervenção pedagógica e crianças com multideficiências, a grande importância de conhecer-se profundamente a maneira como a crianças se enquadra no mundo que a cerca; idéia que se complementa mencionando **WALLON** apud **OLIVEIRA**²⁷, em suas considerações sobre o trabalho de intervenção pedagógica com crianças especiais e suas peculiaridades.

Com base nas qualidades inerentes ao agente integrador, comenta-se-á no último momento desta pesquisa os depoimentos de gestores atuantes na área especial.

27 "Wallon afirma que anda pode fazer conhecer a estrutura do comportamento, os pontos salientes e as fraquezas das crianças do que a observação dos seus comportamentos, e das suas relações mútuas demonstradas pelo tempo". REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DA ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA. Relato de pesquisa de OLIVEIRA, et al. "Henri Wallon na Intervenção Pedagógica com Crianças com Múltiplas Deficiências. Copy Righth. Volume 06, Campinas/SP, 2001. p

5 – REALIDADE DA INTEGRAÇÃO E DA INCLUSÃO

Considerando os aspectos sócio-culturais mais variados e abrangentes que se pode constatar regionalmente e sob um prisma macro, é possível aproveitar os momentos e as situações favoráveis para o atendimento e defesa de ideais, facilitando assim as relações da criança portadora de deficiência em sua existência enquanto cidadã e favorecendo uma conscientização coletiva em sua internalização cultural, o que concorda com **REZENDE**²⁸, em análise sobre como se pode abordar as questões que envolvem a natureza humana em suas relações e estratégias culturais, frente À trama de regras e pensamentos sociais postos em prática.

O trabalho com crianças especiais contempla estudos aprofundados sobre as muitas possibilidades que se pode explorar para uma melhor estimulação de suas potencialidades, além de visar o combate a tratamentos discriminatórios e opressivos àqueles indivíduos que lhes impõe barreiras ao alcance dos bens sociais. A promoção da interatividade entre as crianças especiais e o mundo que os rodeia, através do trabalho realizado em ambientes de atendimento que seguem uma filosofia inclusiva, pode determinar um atendimento de qualidade e o desenvolvimento de programas que favoreçam uma aprendizagem e crescimento pessoal de forma integral e que transforme opiniões sociais. Existem inúmeras formas de entendimento sobre as conduções a serem adotadas em programas inclusivos através da recreação, permeando nossa realidade, em geral sob a forma de uma atenção especializada que oportuniza um ambiente facilitador,

²⁸ “Na cultura, como num discurso historicamente estruturado, aparece ou se esconde o sentido da existência tal como os homens o estão vivendo num determinado contexto histórico de mundo”. SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA. III Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down – Anais. Premier Eventos. Curitiba – Pr, 2000, p . 45.

constituindo-se em elementos mediadores nas relações com o mundo. Ressalta-se, que pode se notar um objetivo comum nestes programas: contribuir com a mudança de paradigmas quanto às diferenças sociais, criando-se um Novo modelo de atendimento às necessidades especiais, o que já foi expresso no pensamento de **SANCHEZ**²⁹, referindo-se sobre o assunto.

É perceptível o consenso existente entre os pensamentos de gestores na área especial, sobre a importância da recreação esportiva na vida do deficiente, como se pode ilustrar através da análise de depoimentos atuais referentes ao tema; colhidos junto a profissionais com reconhecida experiência na área de atendimento à população infantil especial.

Porém, sugere-se que os profissionais que atuam diretamente com o segmento especial devem sempre se atualizar quanto aos avanços e discussões temáticas que capacitam sobre as novas tendências, metodologias e formas de atendimento que otimizam o processo integrativo e incitam uma auto-análise de sua conduta enquanto agente integrador e busca de novas orientações para a conquista dos objetivos relacionados à inclusão. É importante que os profissionais além do comprometimento no trabalho analisem criticamente sua prática docente, buscando uma adaptação aos contextos atuais e fundamentando-se em uma didática voltada a transformação social que integre todas as variáveis da dimensão humana, o que permitirá conseqüentemente uma integração mais natural dos portadores de deficiência. Sugere, a utilização de instrumentação científica e metodologias condizentes que possam apresentar aplicabilidade no campo de atuação da educação física frente às necessidades especiais.

²⁹ “Aceitar a diversidade como eixo diferencial humano, o que implica no próprio posicionamento sobre o conceito de educação”. SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA. III congresso brasileiro sobre Síndrome de Down – Anais. Premier eventos. Curitiba – Pr, 2000, p . 153.

6 - COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

6.1 METODOLOGIA UTILIZADA

Após o estudo bibliográfico se formou o levantamento dos dados através de questionários, que foram analisados, sobre uma ótica descrita, preservando a identidade dos sujeitos analisados.

Primeiramente se fez a coleta de dados dos alunos em uma sala de aula de 1ª série, do Ensino regular que possui na sala um aluno com Necessidades Educativas Especiais num total de 20 (vinte) alunos, sendo(19 alunos), ditos “normais” e 1 (um) aluno que se encontra no processo de inclusão, ao qual denominaremos “amigo especial”.

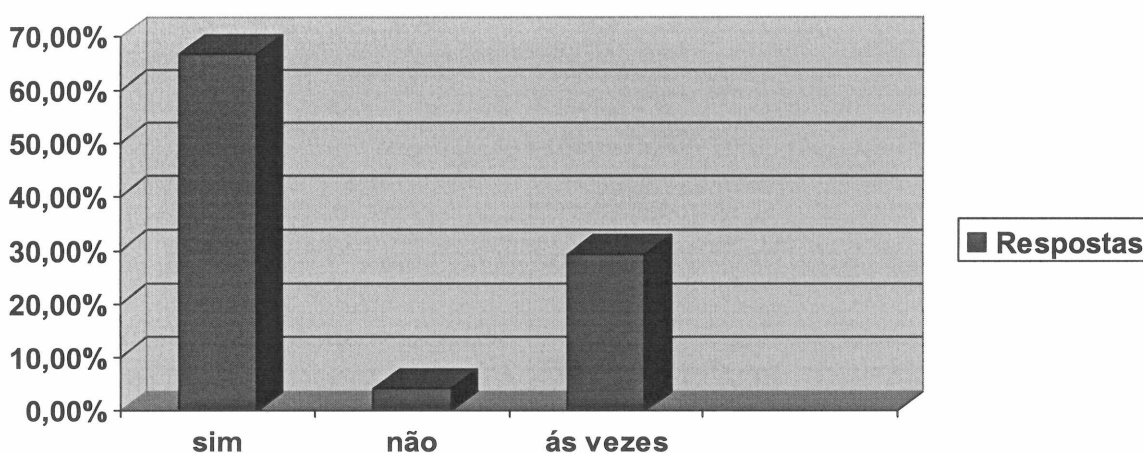
Para o grupo de 19(dezenove) alunos “normais” entrevistados foi aplicado um questionário fechado (anexo 1), que após as explicações feitas pela pesquisadora estes foram entregues para que pudessem ser respondidos. O trabalho foi realizado em uma sala de aula do Ensino regular que tem um educando em processo de inclusão.

Para o aluno portador de necessidades educativas Especiais, foi entregue um questionário diferenciado dos demais (anexo 2) , no entanto, não é nosso objetivo analisar os dados por ele transcrito , devendo apenas nos prender a fala e ao posicionamento do educando frente aos amigos da sala.

Paralelamente foi entregue a Equipe Pedagógica um questionário aberto (anexo 3), que foi analisado de forma qualitativa, demonstrando através da transcrição da fala dos sujeitos analisados os anseios e desejos desse grupo de educadores, quanto ao processo de inclusão.

1.1 ANÁLISE DOS DADOS LEVANTADOS JUNTO AOS EDUCANDOS

GRÁFICO 1 – Nos jogos recreativos sente-se bem em ter o seu amigo na sua equipe?



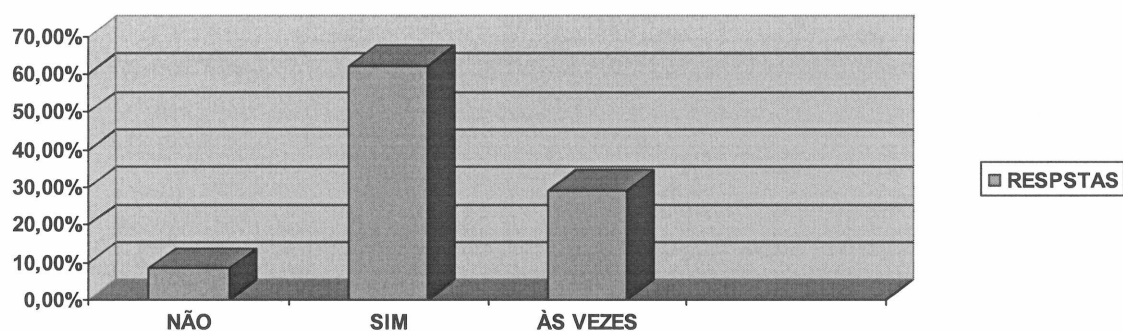
Alternativas:	Total de respostas
SIM	13
NÃO	1
ÀS VEZES	5

Total de 20 alunos.

A amizade é algo com bastante valor entre os educandos, pois 66.7% dos alunos responderam ter amizade pelo aluno especial, do 4.1% (aluno) respondeu não, este quando questionado, disse :”não gostar mesmo, não por ele ser do jeito que é”, mas por que não gosta mesmo dele, já brigaram. Os 29.2% que disseram “às vezes”, se referiam às brigas corriqueiras dentro do ambiente escolar.

Nota-se que os alunos não nutrem nenhum tipo de preconceito, quando dizem gostar ou não gostar, eles são sinceros em relação a afetividade com o amigo especial.

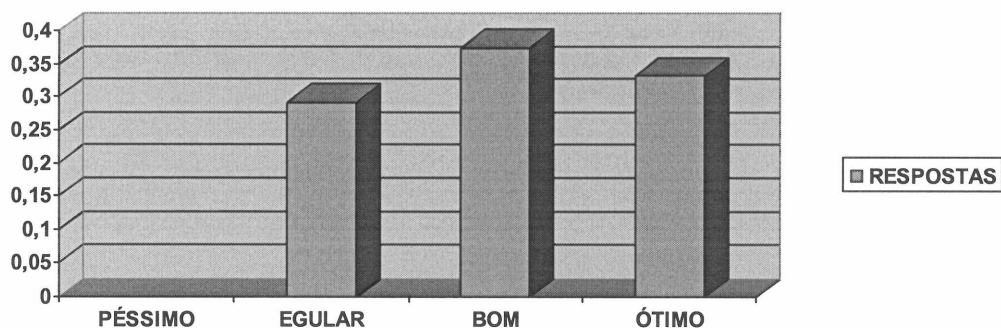
GRÁFICO 2 - Você convida seu amigo para participar da sua equipe nos jogos recreativos no pátio da escola?



Alternativas:	Total de respostas
SIM	11
NÃO	3
ÀS VEZES	5
Total de 20 alunos	

Os alunos se convidam mutuamente, pois 62,4% responderam sim convidar o amigo especial, no entanto, quando questionados, deixam transparecer que a participação do amigo é constante. No entanto, 29,2% dizem que às vezes convidam e 8,4% nunca convidam.

GRÁFICO 3 – Como você classificaria o comportamento do seu amigo?



Alternativas:	Total de respostas
Péssimo	00
Regular	5
Bom	8
Ótimo	6

O gráfico revela que o aluno com necessidade educativas especiais é 37,5% é bom em seu comportamento e 33,3% é ótimo. Já 29,2% revelam que ele é regular e ninguém o considerou péssimo.

Na questão 10 do anexo I, quando pedimos aos alunos do Ensino Regular que escrevesse uma mensagem para seu amigo portador de alguma deficiência educativa especial, notamos que as respostas foram surpreendentes, apesar dos dados levantados por alguns itens nos deixaram preocupados em relação a algumas questões.

1.1. ANÁLISE DOS DADOS LEVANTADOS JUNTO À EQUIPE PEDAGÓGICA

A análise dos resultados foi realizada de forma qualitativa, pois a Equipe técnica pedagógica da escola estudada, respondeu um questionário contendo, 10 (dez) questões abertas (anexo 2).

Os entrevistados diante das questões não divergiram de pensamento, relevando que a escola trabalha em sintonia, “todos falam a mesma língua”.

Eles dizem que na escola analisada há práticas que favoreçam o processo de inclusão, pois os alunos com DA, freqüentam sala de Apoio e o Ensino Regular, dizem ainda que a escola procura condições para aprimorar seus professores, o espaço físico e material para prestar um atendimento de qualidade para os educandos especiais.

Quanto às políticas, dizem necessitarem com urgência de renovação e adequações que venham de encontro aos anseios dos professores.

Acham importante o aluno ter apoio especializado e que este atendimento seja individualizado, pois assim é que se respeita a diferença.

Dizem haver tentativas para a interação do professor de Classe Especial e o professor do Ensino Regular.

Quanto às necessidades especiais educativas serem ou não temporárias há uma certa divergência, mas todos concordam que somente uma pessoa especializada para conhecer, diagnosticar as dificuldades, dentro do ensino especial e/ou regular.

Os entrevistados afirmam que a escola estudada procura esclarecer a comunidade dos problemas educativos e do educando com portadores de necessidades educativas especiais.

A escola procura direcionar os problemas de enfrentamento dos familiares diante de reuniões, palestras de esclarecimento e outras ajuda se achar necessário.

Na questão da auto-estima a escola segundo os entrevistados, procura envolver os alunos no contexto social histórico, para que este se sinta diferente, para que ele perceba que faz parte do todo.

Na questão da dificuldade encontrada em se trabalhar com o aluno portador de deficiência segundo os sujeitos analisados é a auto-estima e a falta de estímulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, a partir do desenvolvimento deste trabalho, a importância que os temas que tratam da integração e inclusão apresentam frente à realidade das crianças e demais pessoas que apresentam alguma deficiência.

Em tempo de tantas discussões para estabelecer uma sociedade igualitária, com oportunidade para todos, e a persistente presença de naturais obstáculos que dificultam ações concretas e efetivas, surge a necessidade dos sistemas públicos de ensino se organizarem e redimensionarem suas estruturas e práticas e participarem de forma efetiva do processo de inclusão.

A Educação Especial, nas últimas décadas, vem apresentando crescente desenvolvimento em relação aos aspectos recreativos. Importantes decisões foram tomadas no sentido de que todas as pessoas devem ter oportunidades de aprender, sejam elas portadoras ou não de deficiências, cada um deve receber atendimento compatível com suas potencialidades e necessidades.

Ocorreram mudanças na legislação, no enfoque e na terminologia aplicada aos portadores de deficiências, que traçam como princípio fundamental a integração-Inclusão-Normalização desses indivíduos.

Possivelmente, e houvesse a conscientização para as dificuldades que estas pessoas vivenciam em suas atividades da vida diária, poder-se-ia melhorar em muito a qualidade existencial do portador de deficiência, fato em que a recreação esportiva evidenciada nesta pesquisa como fator relevante nas ações promotoras da integração, inclusão e da conquista da cidadania de forma plena.

Este trabalho buscou sensibilizar sobre a importância da realização de eventos recreativos que promova ainda mais o ideal inclusivo, fato que se explica pelos inúmeros e significativos benefícios que a recreação demonstra trazer à vida do

portador de deficiência, de forma integral e evidenciada com primazia na parcela infantil, através do estímulo de suas possibilidades.

É proposto ao longo deste trabalho pelos autores citados, que em todas as atividades, inclusive as recreativas, o respeito às individualidades e possibilidades pessoais deve ser preponderante, para a garantia da eficiência no atendimento às necessidades especiais, o que requer também o conhecimento necessário sobre as categorias de deficiência encontradas, unindo-se assim a experiência com o auxílio científico, proposição esta que parece ser condizente com que se acredita ser necessário para realmente cumprir-se o papel e a função das ações que fomentam a integração e a inclusão.

Ressalta-se, porém, a suposição de que para obter-se a eficiência no trabalho de formação especial, é necessária a garantia de capacitação dos profissionais atuantes nesta área, para que apresentem qualidades específicas para a eficiência na aplicação de conhecimentos científicos e práticos, principalmente no que diz respeito à afetividade, observação e segurança na execução da proposta de trabalho.

Espera-se que os profissionais integradores explorem ao máximo as capacidades e aptidões nas atividades recreativas esportivas das crianças especiais, entendendo assim seu papel fundamental enquanto facilitador de melhorias integrais na qualidade de vida desta parcela da população, sobretudo garantindo que as crianças superem obstáculos e possam usufruir um mundo futuro mais justo e compreensivo às inúmeras limitações existentes na sociedade.

Pesquisas evidenciam a preocupação da escola, da sociedade e da família no processo de integração do portador de deficiência. E a escola é o local ideal para dar início a esse processo de formação, de transição e de construção do conhecimento e da cultura.

A educação inclusiva é uma atitude e aceitação e diferenças, não é uma simples colocação em sala de aula.

É nessa perspectiva que se entende integração como um processo de mão dupla, que para existir, pressupõe participação e ação de todos os envolvidos.

Esse processo pode e deve ser construído. Para tanto é necessário que as pessoas se disponham a vivenciá-los.

Ainda pode-se afirmar pelo estudo realizado que inclusão é atender aos estudantes portadores de necessidades especiais nas vizinhanças e sua residência; propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns; propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência e propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum .

Pelo exposto na pesquisa e crendo que se pôde reunir informações valiosas e significativas para o conhecimento da problemática que envolve este tema complexo e seu campo de atuação, acredito ter alcançado o objetivo de incitar e sensibilizar para a necessidade de se garantir uma vida mais digna ao segmento especial da população, para que possam, um dia, serem conhecidos apenas por “pessoas”, sem adjetivos complementares que rotulem suas condições enquanto seres humanos.

Finalizando este trabalho crendo na possibilidade de que o sonho de uma sociedade mais e democrática na aceitação das diferenças individuais de seus cidadãos especiais possa se tornar realidade através da conscientização social sobre suas dificuldades enquanto pessoas, que embora apresentem condições peculiares em suas vidas, também podem contribuir para a coletividade de maneira significativa e que realmente sejam preparadas para cumprir a meta de participação plena de todos os alunos, que saiba criar um forte “senso de comunidade” na sala de aula e na escola , envolvendo pais e pessoas ligadas ao processo da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANZIANI, M. DE L. B. **Educação Especial: Visão de um processo dinâmico Integrado**. Curitiba: EDUCA -1985.

CONFEDERAÇÃO MEXICANA DE ASSOCIACIONES EM PRO DEL DEFICIENTE MENTAL A.C **Manual de Administracion Del Tiempo Libre**. Proyecto Glória Carrillo. Litógrafos Editoriales, A.C. México, 1986.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. Presidência da República BRASIL. Decreto- lei nº 7.853 de 24.11.1989, Subchefia para assuntos Jurídicos, Governo Fernando Henrique Cardoso, Brasília / DF. Artigos 1,3 (incisos I,II e III), 4 e 7, 46,48.

BAUTISTA, R (Coord). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Dinalivros, 1997.

GUTTMANN, Sir Ludwig. **El Deporte para los deficientes físicos. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura**. Impreso por Presses Centrales de Lausanne. Paris – França, 1976.

PARANÁ – **Secretaria de Estado do Trabalho**. CONZONI, Maria L. Trabalho e a Pessoa com Deficiência, manual informativo. Curitiba, 1999. Imprensa Oficial.

ROSADAS, Sidney Carvalho. **“Atividades física, adaptada e jogos esportivos para deficientes – Eu posso, vocês duvidam?”**. Livraria Atheneu, 1989.

WERNECK, Cláudia. **“Ninguém Mais Vai Ser Bonzinho”**. Editora WVA, Rio de Janeiro, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA. III **Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down – Anais . Premier Eventos. Curitiba – Pr, 2000.**

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DA ATIVIDADE MOTORA ADPTADA. Relato de pesquisa de OLIVEIRA, et al. “Henri wallon na Intervenção Pedagógica com Crianças com Múltiplas Deficiências. Copy Rigt. Volume 06, Campinas/SP, 2001.

FEDERAÇÃO BRASIELIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE SÍNDROME DE DOWN. 1 **Congresso Brasileiro de Síndrome de Down – Anais.** Bal’s Cós Gráfica e Editora .Meeting Planejamento e Organizações de Eventos. SP,1992.

SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARANÁ, Lei nº 8.069.** Curitiba – Pr, 1999. Imprensa Oficial, Artigo 2º.

**ENTREVISTA COM OS AMIGOS DA SALA DO ENSINO REGULAR DOS
ALUNOS QUE ESTÃO EM INCLUSÃO DA SALA ESPECIAL**

1- Nos jogos recreativos sente-se bem em ter o seu amigo na sua equipe?

2- Você convida seu amigo para participar da sua equipe nos jogos recreativos no pátio da escola?

3- Como você classificaria o comportamento do seu amigo?

4- Se você fosse escrever uma frase para seu amigo, qual seria?

**ENTREVISTA COM O ALUNO DE SALA ESPECIAL, QUE ESTÁ EM
INCLUSÃO NA SALA REGULAR**

1- Você se sente bem em ser convidado para participar das atividades recreativas por seus colegas?

2- É convidado por seu colega a participar das atividades recreativas no pátio da escola?

3- Como você classificaria o comportamento dos seus colegas ?

4- Se você fosse escrever uma frase para seus colegas de classe qual seria?

ENTREVISTA COM A EQUIPE PEDAGÓGICA

1- A instituição escolar em que você trabalha tem implantado mecanismos ressaltando o processo inclusivo?

.....

2- Você considera importante que esses alunos tenham atendimento de apoio profissionais especializados?

.....

3- Como se procede a interação entre os alunos com necessidades especiais pedagógicas e resto da escola?

.....

4- A equipe técnica pedagógica e professora procuram esclarecer a comunidade a importância da participação ativa dos alunos deficientes no processo educacional implantado pela escola?

.....

5- Qual é a maior dificuldade encontrada pelos professores para trabalhar a individualidade destas crianças?

.....

6- Na sua opinião, as necessidades educacionais especiais apresentam-se de forma temporária ou permanente? Justifique sua resposta.

.....